

A resposta em Coimbra à epidemia de pneumónica de 1918-1919 sob o olhar de um periódico local

Coimbra's response to the 1918-1919 influenza epidemic, seen from the viewpoint of a local newspaper

Ana Maria Diamantino Correia

Doutoranda em História Contemporânea/Universidade de Coimbra.
Coimbra – Distrito de Coimbra – Portugal
anamariadcorreia@gmail.com

Recebido em 14 fev. 2017.

Aprovado em 7 fev. 2018.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702018000400005>

CORREIA, Ana Maria Diamantino. A resposta em Coimbra à epidemia de pneumónica de 1918-1919 sob o olhar de um periódico local. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.3, jul.-set. 2018, p.679-694.

Resumo

Neste artigo pretende-se compreender a epidemia de gripe pneumónica de 1918-1919 em Coimbra, a partir das informações contidas nas páginas de um periódico local. Por meio da análise rigorosa e sistemática da *Gazeta de Coimbra* consegue-se inferir a percepção que uma burguesia urbana teve desta catástrofe sanitária, considerada a maior do século XX. Guiados pelo editor do jornal, numa perspetiva não oficial dos fatos, é possível vislumbrar as reações às primeiras notícias da epidemia, nomeadamente os temores da população frente à informação veiculada, mas também a resposta das autoridades e da sociedade civil. Crítico em muitos aspetos, censura abertamente a inércia de várias instituições da cidade, como a Câmara Municipal, a Faculdade de Medicina da Universidade e a Misericórdia.

Palavras-chave: saúde pública; epidemia; gripe pneumónica 1918-1919; *Gazeta de Coimbra*.

Abstract

This article investigates the 1918-1919 influenza epidemic in Coimbra using information found in the pages of a local newspaper. Rigorous and systematic analysis of the Gazeta de Coimbra reveals the urban bourgeoisie's perception of this health disaster, considered the most severe in the twentieth century. Guided by the newspaper's editor through an unofficial view of the facts, the reader can glimpse reactions to the first news of the epidemic, particularly the population's fears related to this information, but also the response from authorities and civil society. The newspaper is critical in many aspects, openly censuring inaction by several institutions of the city such as the city council, the medical school at the University of Coimbra, and the Misericórdia charitable institution.

Keywords: public health; epidemic; influenza 1918-1919; Gazeta de Coimbra.



Muito embora seja considerada a maior catástrofe sanitária do século XX, a epidemia de gripe de 1918-1919 foi, durante várias décadas, votada ao esquecimento pela historiografia, sendo apenas alvo de breves referências em obras de caráter geral. Não descurando trabalhos anteriores, Alfred Crosby (1976) foi dos primeiros investigadores a debruçar-se sobre a epidemia de 1918, tema que recuperou em 1989 (Crosby, 2003). Nas últimas duas décadas tem-se assistido a um avolumar da investigação sobre esse tema, em diferentes áreas, o que reforça o crescente interesse que a temática tem vindo a suscitar no seio da comunidade científica internacional.

Catástrofe de dimensão mundial, diretamente relacionada com a Grande Guerra, permanece o debate em relação ao número de vítimas que causou. Se as estatísticas oficiais estão longe de espelhar a realidade e pecam por defeito (Phillips, Killingray, 2003), as estimativas situam o número de vítimas mortais entre os 25 e os cinquenta milhões (Oldstone, 2000, p.305-314) e entre os cinquenta e os cem milhões (Johnson, Mueller, 2002).

O debate sobre a origem dessa mutação do vírus H1N1 permanece e não existe consenso. Todavia, a hipótese mais favorecida pela comunidade científica é a de que teria surgido em Camp Funston, na base militar de Fort Riley, no estado do Kansas (EUA) e, dada a intensa mobilidade militar ao tempo da Primeira Guerra Mundial, o vírus teria chegado à França entre abril e maio de 1918. Embora fosse colocada a hipótese da origem asiática da pandemia, os primeiros casos assinalados na Ásia ocorreram cinco meses após os assinalados nos EUA (Oxford, 2001). Além disso, investigadores chineses sustentam que a gripe chegou aos principais portos do país a partir da Europa (Iijima, 2003, p.101-109). Recentemente foi também colocada a hipótese de o foco estar situado na Europa, nos acampamentos militares do sul de Inglaterra e do norte de França (Oxford, 2001; Langford, 2005; Erkoreka, 2009).

Os estudos realizados têm evidenciado uma sobremortalidade dos jovens adultos entre os 15 e os 40 anos, aqueles que, à partida, melhor deveriam reagir à doença (Porras Gallo, 1997, p.65-67; Phillips, Killingray, 2003, p.8; Girão, 2003; Frada, 2005; Bandeira, 2009, p.142-143). Esta é aliás uma característica atribuída à pneumónica de 1918 que continua por esclarecer, como carece ainda de estudo o caráter aparentemente democrático dessa epidemia. Enquanto alguns autores defendem que a extrema virulência da doença ceifou indiscriminadamente a vida dos doentes, outros sustentam o argumento de que, perante a ferocidade da doença, pereceram em maior número os mais pobres por serem fisicamente menos resistentes. Foi aliás a ideia sustentada pelo então diretor-geral de Saúde português, Ricardo Jorge (1919, p.25), corroborada, por exemplo, no caso da cidade espanhola de Alicante (Bernabeu Mestre, 1991).

Para além das carências de vária ordem, consequência de um tempo de guerra, em Portugal vivia-se num clima de profunda instabilidade política, económica e social. A sucessão de governos, a instauração de um regime presidencialista com a subida de Sidónio Pais à Presidência da República, a carestia de subsistências, as greves e os levantamentos populares contribuía para um país mergulhado na crise (Marques, 1980). É nesse cenário que se desenvolve a epidemia de gripe pneumónica, uma verdadeira prova de resistência à máquina do Estado, à sociedade e ao indivíduo.

Segundo as estatísticas oficiais portuguesas, morreram, em 1918, 55.780 pessoas vítimas de gripe (Portugal, 1922, p.101), número que, à semelhança de outros países, está longe

da realidade. Num estudo recente, Mário Leston Bandeira (2009, p.131-154) estima uma sobremortalidade de 135.257 pessoas em 1918 e início de 1919, concluindo, estatisticamente, que a epidemia produziu no distrito de Coimbra consequências demográficas muito diferentes dos demais distritos do país, incluindo divergências nos grupos etários mais afetados e uma maior redução da esperança de vida.

Em Portugal escasseiam ainda os trabalhos sobre a epidemia de 1918. Paulo Girão (2003) estudou os efeitos da epidemia no Algarve, e o médico João Frada (2005) analisou a incidência da pneumónica no concelho de Leiria. Perante o vazio historiográfico, em 2007, reuniu-se um conjunto de investigadores nacionais e estrangeiros, concluindo que o tema está muito longe de ser considerado esgotado (Sobral et al., 2009). Desde então foram poucos os estudos publicados cujo objeto central seja a epidemia de gripe em território português (Sousa et al., 2008, p.469-500; Esteves, 2014, p.165-181).

Neste artigo, faz-se uma aproximação à epidemia de gripe pneumónica em Coimbra, cidade com um hospital universitário e uma classe médica de excelência, por meio da análise sistemática de um periódico local, a *Gazeta de Coimbra*, que, embora próximo do poder político distrital, não se escusa a reportar os fatos que considera pertinentes durante a crise epidémica. Ao contrário do que terá acontecido nos jornais portugueses de tiragem nacional, onde a guerra ofuscou tudo o resto (Almeida, 2013, p.164-191; Lima et al., 2009, p.255-277), na *Gazeta de Coimbra*, principalmente no último trimestre de 1918, o destaque central foi, sem qualquer dúvida, a epidemia de pneumónica.

O jornal existiu entre 1911 e 1952, com a redação localizada no Pátio da Inquisição em Coimbra, e saía semanalmente para as bancas às terças, quintas e sábados. O seu diretor e proprietário era João Ribeiro Arrobas, experiente periodista coimbrão que deixou o jornal *O Conimbricense* para fundar, em 1907, o *Notícias de Coimbra* e, em 1911, a *Gazeta de Coimbra*. Este último, nas palavras do diretor, pautar-se-ia na sua missão pela “completa imparcialidade” e centraria a sua total atenção na “causa dos oprimidos e das classes operárias” (*Gazeta de Coimbra*, 1 jul. 1911). No período aqui em apreço, a responsabilidade editorial da *Gazeta* estava a cargo de Hermano Ribeiro Arrobas.

Ora, é consciente do importante papel da imprensa na transmissão de conhecimento, mas também do seu poder de criação e manipulação da opinião pública, que se analisa o riquíssimo manancial de informação publicado por esse periódico, por meio do qual se intenta compreender a epidemia de pneumónica em Coimbra, numa perspetiva não oficial dos fatos, e segundo a perceção de uma burguesia urbana, responsável, nesse caso, também pela sua divulgação. Dessa forma, procura-se aferir a importância que a pneumónica mereceu ao editor do jornal, assim como conhecer a resposta dada, quer pelas autoridades competentes quer pela sociedade conimbricense, a esta epidemia de dimensões catastróficas.

Os primeiros casos e o seu reflexo na *Gazeta de Coimbra*

A epidemia de pneumónica desenvolveu-se globalmente em três vagas sucessivas. Uma primeira, mais benigna, em abril e maio de 1918; uma segunda vaga, a mais grave e com efeitos absolutamente devastadores, de setembro a novembro; e uma terceira nos primeiros meses de 1919. Em Portugal, os primeiros casos de gripe pneumónica foram registados em

finais de maio nos concelhos fronteiriços de Arronches, Elvas e Vila Viçosa (Jorge, 1918b). Os doentes eram trabalhadores agrícolas provenientes dos campos de Espanha que, de regresso à casa, trouxeram consigo o vírus.

À semelhança da imprensa espanhola, também em Portugal as primeiras referências noticiosas sobre a pneumónica surgiram durante a primeira vaga epidémica (Echeverri Dávila, 1993, p.83). Em finais de maio, o *Diário de Notícias* e *O Comércio do Porto* relatavam o desenvolvimento da epidemia ainda em Espanha (Almeida, 2013, p.166), o que só aconteceu na *Gazeta de Coimbra* na edição de 13 de junho de 1918, quando o jornal dava conta do desenvolvimento, no país vizinho, de uma epidemia de caráter gripal que, não sendo perigosa, era “excessivamente contagiosa”, havendo já casos no nosso país (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [13 jun. 1918]). Em meados do mês, sob o título “Doença espanhola”, o jornal informou os leitores dos sintomas da doença: invasão brusca com catarro das vias aéreas superiores, temperatura alta, prostração e possibilidade de perturbações digestivas (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [18 jun. 1918]). Embora fosse considerada uma gripe epidémica ligeira, que só raramente duraria mais de três dias, e por isso inicialmente diagnosticada como podendo tratar-se de dengue ou febre dos três dias (Jorge, 1918a; 1919), era desaconselhada a permanência de muitas pessoas em lugares fechados. Sugeria-se ainda o arejamento das habitações e dos locais de trabalho e o uso de desinfetantes nas vias nasais e garganta. Quanto ao tratamento, este seria muito semelhante ao da gripe comum. É também na edição de 18 de junho de 1918 que surge a primeira informação referente ao distrito de Coimbra, ao ser noticiado o elevado número de doentes na vila da Lousã, onde famílias inteiras estariam enfermas (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [18 jun. 1918]).

Conquanto a primeira vaga de gripe não tenha sido tão agressiva como a posterior, as autoridades e a imprensa dispensaram atenção ao assunto. Em finais de junho, a doença, até aí apelidada de “espanhola”, foi identificada por Ricardo Jorge, o diretor-geral de Saúde, como *influenza*, que não tendo gravidade “é contagiosa como todos os demônios” (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [22 jun. 1918]), e por isso desaconselhavam-se os beijos e os apertos de mão. Procurando desdramatizar o exagero que em situações como esta pauta os comportamentos, o jornal faz notar, num tom humorístico, que o medo se teria instalado nos conimbricenses. Por isso, à mais pequena dor de barriga “causada por alguma pansada de cerejas”, recolhiam à cama e chamavam por um médico, considerando estar com *influenza* (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [22 jun. 1918]).

A benignidade da doença foi, mesmo durante a segunda vaga da epidemia, continuamente veiculada pelos periódicos, especialmente nas cidades (Almeida, 2014, p.700; Nunes, 2014, p.62-63), antevendo possíveis sentimentos de pânico entre a população. Com esse intuito, o jornal *O Século*, na edição de 5 de outubro de 1918, dá conta da proibição estabelecida pelas autoridades aos funcionários dos hospitais de Lisboa de relatarem o que sucedia no interior dessas instituições, sob ameaça de processo disciplinar, como forma de evitar alarme e boatos (Lima et al., 2009, p.275). Também em Coimbra, no final de setembro, em plena segunda vaga epidémica, por solicitação das autoridades, a *Gazeta* veio desmentir os boatos que veiculavam a existência de gripe pneumónica na cidade (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [28 set. 1918]). Tais rumores começaram quando, a 26 de setembro, procedeu-se ao transporte de soldados do Regimento de Infantaria 35 em duas galeras para o hospital, a maior parte tendo

alta pouco depois. O mesmo se verificava com todo o pessoal do hospital da Universidade de Coimbra, doente com gripe, mas logo restabelecido (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [1 out. 1918]). Além disso, corriam rumores sobre o elevado número de mortos registados, tendo muitos deles ficado insepultos, o que teria ocasionado um aumento do pessoal do cemitério. O jornal desmentia tudo isso, considerando os testemunhos infundados. Em todo o caso, o reitor da universidade adiou *sine die* o início das aulas (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [1 out. 1918]). O mesmo aconteceu com os restantes estabelecimentos de ensino da cidade (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [3 out. 1918]). Nesse ano, a universidade abriu as suas portas, excepcionalmente, no dia 20 de novembro, estando presente o presidente da República Sidónio Pais (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [12 nov. 1918]).

Apenas nas edições de 1, 3 e 8 de outubro, a *Gazeta* publica alguns números, fornecidos pelo subdelegado de saúde, de óbitos por *influenza* na cidade de Coimbra, podendo colocar-se a hipótese de que, quando o número de vítimas mortais começou a aumentar, suprimiu-se essa informação como medida para acautelar o pânico entre a população.

Com a segunda vaga epidémica chegam notícias de outros pontos do distrito de Coimbra. Por exemplo, os boatos do elevado número de vítimas da pneumónica em Coimbra espalharam-se rapidamente, chegando à cidade da Figueira da Foz, onde o articulista os classifica como “absurdos e desconchavados”. Na habitual coluna “Carta da Figueira” é referido que ali havia chegado a notícia da morte de oito pessoas numa das ruas mais pequenas do bairro alto, em Coimbra, o que era de estranhar, visto não morarem na rua mais do que essas pessoas. Além disso, uma habitante da Figueira da Foz afiançava que num só dia tinham sido feitos quarenta enterros e no quartel tinha havido uma razia e “à falta de soldados já vão morrendo cavalos” e, por essa razão, “os cangalheiros não têm mãos a medir” (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [3 out. 1918]). Da Figueira da Foz chega igualmente pela *Gazeta* a notícia da morte do conhecido maestro figueirense David de Sousa, vítima da pneumónica (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [3 out. 1918]).

O desenvolvimento da epidemia

A propagação da doença fez-se a um ritmo avassalador, não só pela facilidade de contágio, associada ao desconhecimento do agente etiológico e à inexistência de medidas profiláticas eficazes, mas também a todo um conjunto de carências generalizadas, exacerbadas num tempo de guerra. Além disso, a desigual distribuição de efetivos médicos pelo território nacional, agravada pela mobilização desses profissionais de saúde para o teatro bélico, contribuiu em larga medida para a total falta de cuidados de saúde à população, principalmente a residente fora dos grandes aglomerados urbanos. Em consonância com o que se sabe ter acontecido em outros pontos do país (Girão, 2003; Frada, 2005; Esteves, 2014), também no distrito de Coimbra se anteveem situações de grande aflição em povoações, na sua maioria rurais e isoladas, onde a assistência médica foi diminuta ou mesmo inexistente.

A informação disponibilizada pela *Gazeta* é, no que diz respeito à progressão da pneumónica, fragmentada e não permite estabelecer com precisão o avanço da doença, mas pelos relatos publicados vislumbra-se a sua disseminação. No final de setembro, a situação no concelho de Góis era descrita como dramática. A epidemia grassava com

muita intensidade e a população estava desprovida de cuidados médicos e de açúcar, “tão necessário neste momento” (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [28 set. 1918]), pelo que, por solicitação do administrador do concelho, foi enviado para Góis o médico militar António Temido (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [1 out.1918]). No concelho de Penela já se registavam vítimas, estando também doentes o médico e o farmacêutico, e não havia medicamentos (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [10 out. 1918]). Situação semelhante era vivida em Paradela, concelho de Penacova, onde o único clínico tinha a seu cargo três partidos médicos muito populosos, pelo que se pedia a rápida intervenção do governador civil (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [15 out. 1918]). Em Coimbra, em meados de outubro, a pneumónica manifestava-se com grande violência, mas nenhum dos rapazes do colégio dos órfãos, administrado pela Misericórdia, apresentava sintomas de gripe, todavia as órfãs estavam quase todas doentes (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [15 out. 1918]). O confinamento propicia o contágio e, por essa razão, também os presos da cadeia de Santa Cruz estavam quase todos atacados de pneumónica (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [22 out. 1918]). No lugar de Casal do Lobo, na freguesia de Santo António dos Olivais da cidade de Coimbra, viviam-se momentos aflitivos e pediam-se socorros urgentes (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [17 out. 1918]). Das 250 pessoas que ali moravam, cerca de 150 estavam doentes. Na vila de Montemor-o-Velho realizaram-se 12 funerais em dois dias, e os cuidados de saúde eram assegurados por dois médicos, auxiliados por um quintanista de medicina e um médico militar (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [29 out. 1918]).

No dia 31 de outubro a epidemia havia já decrescido sensivelmente no espaço urbano de Coimbra (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [31 out. 1918]), e em 2 de novembro a afluência às farmácias tinha diminuído, estando estas “quase desertas, o que não sucedia há uns dias atrás” (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [2 nov. 1918]). Todavia, em Condeixa, a epidemia tomava ainda uma forma assustadora. Os clínicos ao serviço, apoiados por um quintanista de medicina, debatiam-se com um trabalho extenuante. A situação era grave, e quase todos os dias morriam duas a três pessoas, mas em 12 de novembro os efeitos fatais da pneumónica já haviam decrescido sensivelmente (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [12 nov. 1918]). De Mira, a norte do distrito, chegava, nesta altura, a notícia da morte de oito a dez pessoas diariamente vítimas de gripe. O socorro era prestado num hospital provisório, sob direção do major de infantaria José Rodrigues Lage, e o serviço de enfermagem era prestado pelo 2º sargento Brandão, da 2ª Companhia de Saúde, auxiliado por um soldado.

Para se ter uma ideia, mesmo que aproximada, dos efeitos dessa epidemia, refira-se a notícia publicada na *Gazeta* no dia 16 de novembro, a respeito da freguesia de Santo António dos Olivais, uma das mais populosas do concelho de Coimbra, onde tinham morrido no passado mês de outubro 56 pessoas, todas vítimas de pneumónica, quando por vezes passavam três e quatro meses seguidos sem haver qualquer óbito (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [16 nov. 1918]).

A resposta à epidemia em Coimbra

O empenho conjunto no combate da epidemia de pneumónica foi uma realidade recorrente (Girão, 2003; Frada, 2005; Sousa et al., 2008; Esteves, 2014), corroborada também

no caso de Coimbra. Pela leitura da *Gazeta* fica clara a concertação de esforços entre as diversas autoridades e instituições coimbrãs (políticas, sanitárias, militares e religiosas) e a sociedade civil, que, por si só, mas também impulsionada pelo Estado, organizou-se para combater a epidemia.

A *Gazeta*, mais do que os efeitos da pneumónica, publica a resposta da sociedade para debelar a doença. O editor privilegia a organização do combate à epidemia, apelando várias vezes a uma maior conjugação de esforços entre as autoridades. Crítico em alguns assuntos, como a falta de higiene nas ruas, a inexistência de um hospital de isolamento, o insuficiente número de clínicos, a especulação na venda de produtos essenciais, como, por exemplo, leite; não se cansa de enaltecer as instituições e os indivíduos que de alguma maneira ajudaram as vítimas da pneumónica.

Segundo as indicações da Direção-Geral da Saúde (Sobral et al., 2009, p.77-80), o recém-empossado governador civil de Coimbra, o capitão Luís Alberto de Oliveira, reuniu extraordinariamente nas primeiras semanas de outubro a Comissão Distrital de Assistência para definir medidas de auxílio às vítimas da pneumónica. Desta reunião resultou a divisão da cidade em zonas, correspondentes às freguesias, cada qual com uma comissão responsável pela rigorosa distribuição de medicamentos, vestuário, enxergas, cobertores e bens essenciais (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [15 out. 1918]). Em 15 de outubro “estas subcomissões, com o auxílio da Comissão Central, presidida pelo chefe do distrito e constituída pela Comissão de Assistência, têm sido duma tenacidade extrema, começando já a perfeita distribuição aos domicílios dos donativos” (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [15 out. 1918]). À data haviam sido entregues 105 cobertores e 95 enxergas e lençóis. Segundo a *Gazeta*, os esforços desenvolvidos pelo governador civil foram da máxima importância para combater a epidemia e assistir os mais necessitados. Estando o delegado e o subdelegado de saúde também doentes com gripe, o governador civil terá tratado de assuntos que estariam na alçada das autoridades sanitárias do distrito. Assim, foi o governador civil quem, diretamente com as entidades médicas, criou dois postos de socorros médicos na cidade de Coimbra, a funcionar a partir das 12 horas do dia 18 de outubro (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [19 out. 1918]). Um deles localizado na Alta, na esquadra da Polícia Civil, no largo da Feira, e o outro na Baixa, na delegação da Cruz Vermelha, na rua da Sofia. Cada posto tinha ao serviço seis clínicos remunerados. O da Alta funcionava das seis horas da manhã até à meia-noite e servia as freguesias da Sé Nova, Sé Velha e Santo António dos Olivais. O posto médico da Baixa estava aberto 24 horas por dia, sendo que das seis horas da manhã à meia-noite atendia exclusivamente os doentes das freguesias de Santa Cruz, São Bartolomeu e Santa Clara. Qualquer cidadão podia dirigir-se ou solicitar uma consulta domiciliária nesses postos, mas apenas aos comprovadamente pobres o serviço era assegurado gratuitamente. Além disso, para as deslocações noturnas, foram colocados à disposição dos médicos os carros dos oficiais do Exército (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [15 out. 1918]).

A criação destes dois postos médicos procurava mitigar a enorme falta de clínicos frente a procura, inclusivamente noticiada no jornal *O Comércio do Porto*, em 2 de outubro, onde se refere que em Coimbra “a falta de médicos é assombrosa” (Almeida, 2013, p.171). Efetivamente, em 22 de outubro, evidencia-se que em Coimbra os médicos não seriam mais de uma dúzia, encontrando-se estes extenuados com o excesso de trabalho e muitos tinham

também adoecido (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [22 out. 1918]), realidade generalizada tanto em Portugal (Girão, 2003; Frada, 2005; Esteves, 2014) como no país vizinho, e de que é exemplo a cidade de Pamplona (Léon-Sanz, 2014, p.158), e em Salvador, no Brasil (Souza, 2009, p.409). A situação era de tal forma desesperante que os quintanistas de medicina, cujos exames foram antecipados (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [26 out. 1918]), receberam uma convocação da Secretaria de Guerra, devendo apresentar-se no 2º Grupo de Companhias de Saúde, uma unidade militar sanitária existente em Coimbra desde 1911 (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [19 out. 1918]; [22 out. 1918]). Além disso, os médicos militares foram chamados para reforçar os efetivos civis, permanecendo no hospital militar de Coimbra 11 profissionais (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [10 out. 1918]).

Enquanto responsáveis ao nível local pelas questões inerentes à saúde pública, as câmaras municipais tinham obrigações executivas em caso de epidemia, embora fosse frequente escudarem a sua inércia nos reduzidos orçamentos camarários que tinham para gerir. José Manuel Sobral sugere os deficientes esforços da edilidade de Lisboa durante a pneumónica, cingindo-se estes à manutenção da higiene dos espaços públicos, à provisão de caixões a preço de custo, à tomada de diligências quanto ao enterramento dos cadáveres e ao subsídio aos doentes pobres (Sobral et. al., 2009, p.86).

No caso de Coimbra, a falta de ação da Câmara Municipal durante a epidemia foi alvo de reparo na *Gazeta*, uma vez que a edilidade não reunia desde início de setembro e os vereadores mantinham-se ausentes (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [15 out. 1918]). A Câmara reage à pressão feita emitindo uma nota onde menciona o reforço das regas das ruas, a desinfecção diária das sarjetas e dos canos de esgotos e a queima de barricas de alcatrão todas as noites nas ruas da cidade, acrescido de desinfecções nas casas das vítimas de pneumónica (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [19 out. 1918]). Saliente-se que a queima de alcatrão foi amplamente praticada como forma de desinfecção, o que a *Gazeta* preconiza também nas suas páginas, dado os benéficos resultados alcançados quando a cidade foi invadida por uma epidemia de cólera em 1856 (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [17 out. 1918]). Por sua vez, Ricardo Jorge refere-se a essa prática, assim como às desinfecções excessivas com creolina, como um desperdício inútil face à pneumónica, designando o gasto diário de seis mil frascos de desinfetante pelas autoridades madrilenas (Jorge, 1919, p.33). Em todo o caso, são vários os testemunhos que atestam o recurso generalizado a estas práticas, nomeadamente em Espanha (Echeverri Dávila, 1993, p.140), assim como a queima de folhas de eucalipto, louro, alecrim e rosmaninho, nas ruas ou mesmo dentro das casas, para purificação do ar (Esteves, 2014, p.172; Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [22 out. 1918]).

Além disso, a Câmara de Coimbra pedia ainda o rigoroso cumprimento das posturas municipais, nomeadamente não despejar lixo na rua, detritos, cascas, papéis, resíduos e objetos inutilizados, sob ameaça de punição (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [15 out. 1918]). No final de outubro também adoecera o pessoal da câmara responsável pelas desinfecções nas ruas, pelo que foi necessário pedir ajuda aos bombeiros e aos soldados para prosseguir os trabalhos (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [26 out. 1918]).

Ao lado do Governo Civil, da Comissão Distrital de Assistência e da Câmara Municipal esteve a Cruz Vermelha, cujo papel no combate à epidemia de pneumónica foi de reconhecida importância, com especial destaque para o transporte de doentes. Conforme

referido, foi na sede da delegação de Coimbra que funcionou um dos dois postos de socorros médicos. Como tal, o Governo Civil contribuiu com cem escudos para a Cruz Vermelha, a Comissão Distrital de Assistência com cinquenta (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [15 out. 1918]) e a Câmara Municipal concorreu com seis passes de elétrico para que o pessoal da Cruz Vermelha se pudesse deslocar e prestar socorros às vítimas (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [19 out. 1918]).

A Direção-Geral da Saúde procurou nessa ocasião regulamentar a venda de medicamentos, ao decretar a 4 de outubro a proibição da saída para o estrangeiro de substâncias medicamentosas (Portugal, 1918a). Era essencial as farmácias estarem fornecidas, os preços não serem sujeitos à especulação e que todos, incluindo os indigentes, a eles tivessem acesso. Como resposta ao último ponto, determinou-se que as farmácias atendessem gratuitamente os comprovadamente pobres, suportando as autoridades esses custos. Quanto aos outros dois pontos, a situação terá sido mais complicada. A *Gazeta* denota por diversas vezes a falta de açúcar, essencial para a elaboração de xaropes, mas também de linhaça e mostarda – situação que não foi exclusiva de Coimbra. Nas vilas minhotas de Ponte de Lima e Monção, já em setembro, as farmácias debatiam-se com a falta de substâncias medicamentosas para o tratamento da gripe, como quinino, salicilato de sódio, xarope de benzoato de sódio e acetato de amónio, para além da escassez de produtos essenciais como arroz, carvão, azeite, petróleo, açúcar e leite, os dois últimos usados no tratamento da pneumónica (Esteves, 2014, p.167). Também no Algarve é descrito um cenário semelhante de carências nas farmácias (Girão, 2003, p.107). Para de alguma forma colmatar essa falta, em Coimbra, no dia 10 de outubro, autorizou-se a distribuição de uma tonelada de açúcar exclusivamente às farmácias do distrito, e, em 26 de outubro, noticia-se a existência de 1.100 quilos de açúcar que, à consignação do Governo Civil, foi colocado à disposição das farmácias e hospitais do distrito, distribuindo-se as sobras pelos doentes pobres (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [10 out. 1918]; [26 out. 1918]). Considerava o redator da *Gazeta* que as farmácias da cidade, à semelhança dos médicos, deveriam fazer o sacrifício de atender aos domingos, pelo menos durante o surto epidémico, que tinha “a esperança de não ser duradouro” (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [10 out. 1918]). Nesse sentido, o governador civil, cumprindo as indicações da Direção-Geral da Saúde, solicitou que elas se conservassem em serviço permanente (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [15 out. 1918]; [22 out. 1918]). Pretendia-se que durante a epidemia, as farmácias estivessem abertas, pelo menos, das oito às 23h, período extensível se os administradores de concelho o entendessem. A partir da uma da manhã deviam responder prontamente a todos os pedidos. Ora, o trabalho nas farmácias aumentou consideravelmente durante a epidemia, e era sobre os seus proprietários que recaía o pagamento do serviço extraordinário. Os funcionários estavam, em finais de outubro, extenuados, e muitos haviam adoecido, como sucedeu na farmácia da Misericórdia de Coimbra (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [22 out. 1918]).

Além disso, e apesar da publicação de tabelas de preços dos medicamentos, algumas substâncias medicamentosas atingiram valores proibitivos para algumas pessoas. A *Gazeta* noticia o caso de um farmacêutico do distrito de Coimbra que teria “açambarcado” mostarda e linhaça a bom preço e as vendia, em pleno surto epidémico e dada a sua escassez generalizada, por um valor excessivamente alto (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [24 out. 1918]), situação

também evidenciada por Paulo Girão (2003, p.150) na região algarvia, onde, mesmo durante o período mais crítico do surto epidémico de pneumónica, houve especulação económica promovida por vários agentes ligados ao comércio e à indústria.

Quanto ao papel das autoridades religiosas em Portugal, os estudos existentes demonstram o envolvimento da Igreja Católica, com particular importância nas zonas rurais, nomeadamente na divulgação de medidas de higiene e de profilaxia (Sousa et al., 2008, p.493; Sobral et al., 2009, p.88; Girão, 2003, p.112). Nesse âmbito, o bispo de Coimbra emitiu em 8 de outubro a “Circular ao clero da diocese”, onde são dadas indicações aos párocos e aos fiéis e divulgadas instruções gerais de profilaxia contra a doença (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [15 out. 1918]). O bispo refere-se à importância de que, neste flagelo, “cada um reconheça constricto as suas culpas e aceite submisso o castigo de Deus [e] mudemos todos a nossa vida para melhor, especialmente os grandes pecadores, e nosso Senhor terá compaixão de nós”. Todavia, no mesmo texto era pedido que não se descurassem os meios da ciência para prevenir e remediar tão grave doença. Sugeriam-se desinfecções corporais, das roupas brancas e sobretudo das roupas externas, que deveriam ser escovadas ao ar livre e passadas com o ferro bem quente, para além de se desaconselharem bebidas alcoólicas em excesso. Os espaços religiosos deveriam conservar-se no mais rigoroso asseio, com o chão desinfetado com cloreto de cal e aspergido com água de sublimado, queimando-se alcatrão no seu interior.

No que diz respeito aos rituais celebrados, o bispo de Coimbra ordenava que a oração da missa *Ad petendam pluvium* fosse substituída pela *Pro vitanda morbilitate vel tempore pestilentiae*, alteração também solicitada na cidade brasileira de Salvador (Souza, 2010, p.55), tal como em Espanha (Echeverri Dávila, 1993, p.146). Recomendava ainda o prelado a administração dos sacramentos aos doentes e a assistência espiritual aos moribundos, mas introduzia também cuidados a ter. Ao visitarem os doentes, os párocos deveriam levar uma quantidade mais pequena do santo óleo embebido num algodão que, depois de usado, seria prontamente queimado e purificada a âmbula. O toque dos sinos deveria ser suspenso, ou pelo menos abreviado, e os párocos tinham a obrigação de cooperarem o mais possível com as autoridades nas ações de higiene pública e particular. Além disso, a circular autorizava a celebração de preces públicas, o que a *Gazeta* noticiou relativamente à igreja de São Salvador, em Coimbra, onde se pedia a “terminação do horrível flagelo que nos assola” (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [22 out. 1918]). Igualmente em Vil de Matos, concelho de Coimbra, realizou-se uma muito concorrida procissão de penitência “para implorar da Providência Divina o desaparecimento da terrível epidemia da ‘gripe pneumónica’” (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [23 nov. 1918]; destaque no original). Saliente-se, todavia, que as aglomerações de pessoas eram veementemente desaconselhadas como medida profilática pelas autoridades sanitárias (Jorge, 1919), o que não refreou as pessoas de procurarem conforto nessas manifestações religiosas, perante algo que as ultrapassava e para o qual as autoridades sanitárias não tinham resposta, tendo sido uma prática comum. E não só em Portugal. Beatriz Echeverri Dávila (1993, p.146) menciona a realização de celebrações religiosas muito concorridas, para júbilo dos seus promotores, nas cidades espanholas de Zamora, Valladolid e Covadonga, obrigando as autoridades sanitárias a tomar medidas, que foram em alguns casos mal recebidas. Reportando-se a Salvador, Christiane Maria

Cruz de Souza (2010, p.62) concluiu que, durante essa crise epidémica, assistiu-se a um exacerbar da religiosidade.

Pela portaria de 2 de outubro de 1918, a Direção-Geral da Saúde pretendia que se criassem em cada concelho comissões de socorro, com o objetivo de angariar fundos a distribuir pelos epidemiados sem recursos, apelando assim à sociedade civil a intervir (Portugal, 1918b).

Como já referido, inicialmente foram criadas em Coimbra subcomissões, sob a tutela de uma comissão central, presidida pelo governador civil e composta pela Comissão Distrital de Assistência. Para a comissão central, o governador civil contribuiu com 1000\$00 e a Comissão Distrital de Assistência com 3000\$00 (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [15 out. 1918]). Em 24 de outubro essa comissão deu lugar a outra, nomeada numa reunião realizada na sede da Sociedade de Defesa e Propaganda.¹ O objetivo central da nova comissão continuava a ser a recolha de donativos para socorrer as famílias necessitadas vítimas da pneumónica. Dela faziam parte representantes da Comissão Administrativa Municipal, da Sociedade de Defesa e Propaganda, da Associação Comercial, da Comissão Distrital de Assistência, da Misericórdia, o reitor da Universidade, o chefe do Estado Maior da Divisão, o juiz da Irmandade da Rainha Santa, entre outras individualidades.

Foi prontamente iniciada uma subscrição pública, cujas assinaturas com os donativos eram remetidos para a sede da Sociedade de Defesa e Propaganda, onde a comissão reunia diariamente (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [24 out. 1918]). Era também aqui que todos os dias se entregavam cobertores, enxergas e camas, mediante a apresentação de uma senha de fornecimento, e se distribuía ajuda pecuniária. A ajuda em dinheiro era essencialmente para o pagamento de rendas de casa atrasadas e resgate de objetos empenhados que fossem de primeira necessidade, como, por exemplo, roupa. A determinada altura, a afluência era tão grande que “tem acontecido, por vezes, não se poder entrar [na sede da Sociedade de Defesa e Propaganda], tal a acumulação de gente necessitada que ali acorre de todos os pontos da cidade e arrabaldes” (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [31 dez. 1918]).

A *Gazeta de Coimbra* mostrou-se sempre solidária com esta causa, apelando à participação de todos, em especial das “classes mais abastadas de Coimbra [que] saberão provar à evidência, neste momento angustiosíssimo e verdadeiramente trágico para tantos infelizes, quão grandes e nobres são os seus sentimentos de humanidade e de piedosa caridade” (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [28 nov. 1918]). Por isso, ao longo de pouco mais de dois meses publicou o nome dos subscritores, que contou com as confrarias da cidade, professores da universidade, juizes, desembargadores e funcionários do Tribunal da Relação de Coimbra, membros da Comissão Administrativa Municipal, a Comissão Distrital de Assistência, funcionários do Governo Civil e muitas individualidades da sociedade conimbricense. O presidente da República, Sidónio Pais, contribuiu com 100\$00 (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [3 dez. 1918]).

A comissão central reuniu a quantia de 6691\$20, “sendo muito superior a todas as [subscrições] que se têm aberto nesta cidade, onde, duma só vez, nunca foram socorridas tão considerável numero de pessoas necessitadas” (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [7 jan. 1919]). Ao todo, segundo a *Gazeta*, foram ajudadas 1.162 famílias e distribuídas 407 enxergas, 715 cobertores e 130 leitos (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [22 fev. 1919]). Pelos valiosos serviços prestados, a comissão destinou 150\$00 para a delegação da Cruz Vermelha

de Coimbra, 50\$00 para a Sopa dos Pobres 8 de Dezembro e 50\$00 para o Patronato da Infância (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [7 jan. 1919]). Além disso, uma vez que depois de liquidadas todas as contas o saldo era positivo em 1203\$63,5, decidiu-se na última sessão, em 19 de fevereiro de 1919, distribuir esse valor pelas principais instituições de assistência da cidade, a saber: Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Coimbra, Montepio Martins de Carvalho, Associação das Creches, Associação Conimbricense do Sexo Feminino Olímpio Ruy Fernandes, Asilo da Mendicidade, Asilo da Infância Desvalida, Asilo dos Cegos e Aleijados, Sopa dos Pobres 8 de Dezembro, Cruz Vermelha, Jardim-Escola João de Deus e Santa Casa da Misericórdia (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [22 fev. 1919]).

À semelhança de outros periódicos de circulação nacional, como o *Diário de Notícias* que em duas semanas acumulou 12.000\$000 réis para socorrer as vítimas da epidemia (Almeida, 2014, p.701), também a *Gazeta* abriu uma subscrição, neste caso “em favor dos orfãos [da pneumónica] de Coimbra, desses infelizes sem pai nem mãe, e que amanhã terão já que estender a mão à caridade publica se não houver quem os socorra com o seu óbolo” (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [24 out. 1918]). Respondendo aos emotivos apelos do jornal, conseguiu-se juntar 96\$50, distribuídos na sede do jornal, simbolicamente no dia de Natal (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [31 dez. 1918]).

Críticas à ação dos diversos agentes

A resposta à epidemia não ficou imune a críticas, nomeadamente na *Gazeta de Coimbra*. O jornal denuncia com frequência pontos da cidade onde julga haver transgressões às regras mais básicas de higiene, com prejuízo para a saúde pública, estabelecendo muitas vezes uma relação direta entre os focos de insalubridade e a epidemia de pneumónica, chamando a atenção das autoridades.

O jornal não se coíbe de criticar a inércia de algumas instituições da cidade, como, por exemplo, a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Segundo o periódico, circulavam alguns “comentários pouco agradáveis que à mesma Faculdade têm sido dirigidos”, pelo que se pedia a publicação de conselhos úteis “destinados à debelação do terrível flagelo ... aconselhados pela ciência médica” (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [8 out. 1918]). Questiona-se o silêncio da faculdade, cujos docentes se encontram ausentes dos hospitais, onde eram precisos (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [26 out. 1918]). Quando a epidemia começou a fazer as primeiras vítimas era ainda, segundo a *Gazeta*, tempo de férias, pelo que não foram tomadas as rápidas providências que a gravidade da situação exigia. Por essa razão,

a maior parte dos membros da Comissão Administrativa Municipal, dos professores da Faculdade de Medicina, dos médicos dos hospitais e de outros clínicos, e de vários mesários da Santa Casa da Misericórdia etc., achavam-se ausentes, e não querendo ou podendo deixar a sua tranquilidade e bem-estar, ficaram-se onde estavam sem querer saber do que por cá se ia passando com a epidemia. ... As responsabilidades são muitas da parte de todos aqueles que deixaram de prestar em devido tempo os seus serviços no combate contra o mal. As consequências estão bem à vista (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [29 out. 1918]).

Com uma distribuição muito uniforme por todo o território nacional, e administradoras da grande maioria dos hospitais existentes então no país, as misericórdias parecem ter tido um papel ativo no auxílio às vítimas da pneumónica (Esteves, 2014). A leitura da informação publicada pela *Gazeta* obriga necessariamente a uma análise consciente da parcialidade da informação veiculada, o que não retira importância à descrição feita. Nas palavras do editor desse periódico transparece a total displicência da Misericórdia local, que nada fez durante a epidemia para além do que lhe competia em tempo normal (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [26 out. 1918]). Ou seja, a instituição é acusada de não ter feito qualquer esforço adicional, como aconteceu com algumas das suas congéneres, ao criarem hospitais de isolamento por si administrados, embora apoiadas financeiramente pela Direção-Geral da Saúde, como foi o caso da Misericórdia de Caminha e de Viana do Castelo (Esteves, 2014, p.171-172). A respeito da ação da Misericórdia de Coimbra diante do surto de pneumónica, transparece a falta de empenho da instituição e a ideia da falta de meios disponíveis. A Santa Casa tinha nesta altura três clínicos ao serviço, encontrando-se um deles doente, e por isso ocorriam faltas nas consultas diárias. Além disso, as esmolas não foram aumentadas, não foi criado um novo posto de consultas, não se forneceram “roupas e gêneros de subsistência aos infelizes que vivem na miséria e que para aí têm morrido com falta de socorros” (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [26 out. 1918]). O jornal diz conhecer as dificuldades orçamentais com que se debatia a instituição, mas insiste que “ninguém lhe levará a mal que desequilibre o seu orçamento em virtude da calamidade que flagela a nossa terra” (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [26 out. 1918]).

O isolamento hospitalar e domiciliário de doentes foi uma das medidas preconizadas para evitar o contágio, sem que contudo tenha sido implementado de forma consistente e rigorosa quer pelas autoridades portuguesas (Sousa et al., 2008, p.479) quer pelas autoridades espanholas (Echeverri Dávila, 1993, p.140). Dada a necessidade de isolar epidemiados, ou tão somente a urgência de acomodar um volume excessivo de doentes, foi recorrente a criação de espaços, muitas vezes improvisados, para prestar socorros médicos. Atente-se que, em Lisboa, dado o aumento significativo de doentes, recorreu-se a hospitais devolutos, como o hospital de Arroios, e reconverteram-se outros edifícios em enfermarias, o que sucedeu com o Liceu de Camões e no Convento das Trinas (Sousa et al., 2008, p.479). Do mesmo modo, também na cidade algarvia de Faro o Liceu Central João de Deus foi preparado para receber epidemiados (Girão, 2003, p.108). Também em Mira, a norte do distrito de Coimbra, funcionou um hospital provisório sob as ordens de um médico militar (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [12 nov. 1918]). Contudo, na cidade de Coimbra, segundo a *Gazeta* não existiu qualquer hospital de isolamento durante a pneumónica, falha sistematicamente assinalada no periódico. No início de outubro sugere-se às autoridades a utilização para esse fim de um edifício na encosta do Chão do Bispo, nos subúrbios da cidade (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [8 out. 1918]), dada a urgência da criação de uma unidade hospitalar deste género, à semelhança do que aconteceu anteriormente com outras epidemias.

Em Coimbra, o editor da *Gazeta* aponta o hospital da Ordem Terceira como uma hipótese viável, assim como o salão grande do colégio ursulino, o Liceu José Falcão e a Quinta Agrícola (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [22 out. 1918]; [24 out. 1918]). A indignação toma conta do jornal quanto a esse assunto, “numa terra onde não deviam existir faltas dessa natureza”

(Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [22 out. 1918]), onde a existência de uma classe médica ligada à universidade e aos hospitais universitários não devia mostrar-se alheia a essas circunstâncias. Segundo o editor, no início deu-se pouca importância à virulência da doença e não foram tomadas as medidas necessárias. A esse respeito dá o exemplo da epidemia de tifo exantemático que, quando em finais de dezembro de 1917 se verificaram os primeiros casos no Porto, o país terá entrado em alvoroço, tendo a Comissão Administrativa Municipal de Coimbra reunido prontamente as autoridades para a rápida adoção de medidas. Atitude muito diferente parece ter existido durante a epidemia de pneumónica. Os dois únicos ataques de tifo exantemático que o jornal cita terão sido encaminhados pelo delegado de saúde de Coimbra para um hospital de isolamento criado na Arregaça (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [29 out. 1918]; [2 nov. 1918]). Tudo indica que o tifo exantemático não teve em Coimbra grande progressão, mas convém ressaltar que, nesse caso, a etiologia da doença estava devidamente identificada.

A leitura atenta da *Gazeta de Coimbra* permite concluir que a cidade não estaria preparada para combater uma epidemia com a ferocidade da pneumónica. O editor do periódico, a esse respeito, diz que “não é quando a epidemia já se encontra produzindo os seus efeitos dentro das localidades que se deve tratar de procurar local, casa, pessoal, mobiliário, roupa e o mais que é preciso para a montagem dessa casa hospitalar ..., encontrando-se a cidade desprevenida, sem um hospital de isolamento” (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [22 out. 1918]).

Quando em finais de novembro os casos de gripe pneumónica davam sinal de estar a decrescer, começaram a surgir doentes com varíola (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [5 nov. 1918]; [21 nov. 1918]), e o jornal continuava a manifestar-se incrédulo quanto à falta de um hospital que isolasse epidemiados. Considerava que se existisse na cidade uma casa hospitalar para doenças epidémicas, não se teria verificado um número tão elevado de casos de gripe pneumónica, visto que a muitos doentes faltaram cuidados médicos e farmacêuticos (Gazeta de Coimbra, 1918-1919 [5 nov. 1918]; [21 nov. 1918]). A responsabilidade era atribuída às entidades – Governo Civil, Junta de Saúde distrital, Faculdade de Medicina, Delegação de Saúde, Câmara Municipal e hospitais da Universidade – que não persistiram nessa medida considerada fundamental.

Considerações finais

Pelo exposto conclui-se que a epidemia de pneumónica ocupou um lugar central nas páginas da *Gazeta de Coimbra*, cujo alinhamento reflete em grande medida o quotidiano da cidade, sendo esta a sua principal fonte noticiosa. Por essa razão, a *Gazeta* fornece um manancial de informação importante que permite perceber a inquietação sentida pela população durante o surto epidémico, motivada não só pela agressividade do vírus, mas também pela incapacidade demonstrada pelas autoridades, frente os meios disponíveis, de lhe fazer frente. A situação vivida em Coimbra parece, portanto, muito similar a outras cidades, dentro e fora das fronteiras nacionais, onde as medidas adotadas foram sempre diminutas perante a facilidade de propagação da doença. A concertação de esforços entre as várias entidades fica claramente demonstrada, assim como a mobilização e cooperação da

sociedade civil, que, embora instigada pelo Estado, respondeu ativamente, organizando-se de formas muito diversas.

Neste caso, a voz da *Gazeta* fornece-nos a versão não oficial dos factos, permitindo aceder à epidemia de pneumónica em Coimbra por meio dos olhos de uma burguesia urbana, que não se escusou em apontar o que considerou como falhas na ação das autoridades com responsabilidades perante esse grave surto epidémico.

NOTA

¹ A Sociedade de Defesa e Propaganda, fundada em 1909, tinha como objetivo a defesa do património da cidade de Coimbra.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria José Pires de. As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.21, n.2, p.687-708. 2014.
- ALMEIDA, Maria José Pires de. *Saúde pública e higiene na imprensa diária em anos de epidemias, 1854-1918*. Lisboa: Colibri. 2013.
- BANDEIRA, Mário Leston. A sobremortalidade de 1918 em Portugal: análise demográfica. In: Sobral, José Manuel et al. (Org.). *A pandemia esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica, 1918-1919*. Lisboa: ICS. p.131-154. 2009.
- BERNABEU MESTRE, Josep (Coord.). *La ciutat davant el contagi: Alacant i la grip de 1918-19*. Valencia: Generalitat Valenciana, Conselleria de Sanitat i Consum. 1991.
- CROSBY, Alfred W. *America's forgotten pandemic: the influenza of 1918*. Cambridge: Cambridge University Press. [1989] 2003.
- CROSBY, Alfred W. *Epidemic and peace, 1918*. London: Greenwood Press. 1976.
- ECHEVERRI DÁVILA, Beatriz. *La gripe española: la pandemia de 1918-1919*. Madrid: CIS. 1993.
- ERKOREKA, Anton. Origins of the Spanish influenza pandemic (1918-1920) and its relations to the First World War. *Journal of Molecular and Genetic Medicine*, v.3, n.2, p.190-194. 2009.
- ESTEVES, Alexandra. O impacto da pneumónica em alguns concelhos do Alto Minho. *CEM: Cultura, Espaço e Memória*, n.5, p.165-181. 2014.
- FRADA, João Cúcio. *A pneumónica em Portugal continental: estudo socioeconómico e epidemiológico com particular análise do concelho de Leiria*. Lisboa: Sete Caminhos. 2005.
- GAZETA DE COIMBRA. *Gazeta de Coimbra*, 1918-1919.
- GAZETA DE COIMBRA. *Gazeta de Coimbra*, n.1, p.724-831. 1 jul. 1911.
- GIRÃO, Paulo. *A pneumónica no Algarve*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. 2003.
- IJJIMA, Wataru. Spanish influenza in China, 1918-20: a preliminary probe. In: Phillips, Howard; Killingley, David (Org.). *The Spanish influenza pandemic of 1918-19: new perspectives*. London: Routledge. p.101-109. 2003.
- JOHNSON, Niall P.A.S.; MUELLER, Juergen. Updating the accounts: global mortality of the 1918-1920 "Spanish" influenza pandemic. *Bulletin of the History of Medicine*, v.76, n.1, p.105-115. 2002.
- JORGE, Ricardo. *La grippe: rapport préliminaire présenté à la Commission Sanitaire des Pays Alliés dans la session de mars 1919*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1919.
- JORGE, Ricardo. *A influenza e a febre dos papatazes*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1918a.
- JORGE, Ricardo. *A influenza, nova incursão peninsular: relatório apresentado ao Conselho Superior de Higiene*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1918b.
- LANGFORD, Christopher. Did the 1918-1919 influenza pandemic originate

in China? *Population and Development Review*, v.31, n.3, p.473-505. 2005.

LÉON-SANZ, Pilar.

A collaborative experience: the mutual benefit societies' responses to the 1918-19 influenza pandemic in Pamplona, Spain. In: Porras Gallo, María Isabel; Davis, Ryan A. (Ed.). *The Spanish influenza pandemic of 1918-1919: perspectives from the Iberian Peninsula and the Americas*. Rochester: University of Rochester Press. p.152-170. 2014.

LIMA, Maria Luísa et al.

A febre da gripe nos jornais: processo de amplificação social do risco. In: Sobral, José Manuel et al. (Org.). *A pandemia esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica, 1918-1919*. Lisboa: ICS. p.255-277. 2009.

MARQUES, A.H. de Oliveira.

A 1ª República Portuguesa: alguns aspectos estruturais. Lisboa: Horizonte. 1980.

NUNES, Maria de Fátima.

Ricardo Jorge and the construction of a medico-sanitary public discourse: Portugal and international scientific networks. In: Porras Gallo, María Isabel; Davis, Ryan A. (Ed.). *The Spanish influenza pandemic of 1918-1919: perspectives from the Iberian Peninsula and the Americas*. Rochester: University of Rochester Press. p.56-71. 2014.

OLDSTONE, Michael B.A.

Viruses, plagues and history. Oxford: Oxford University Press. 2000.

OXFORD, John.

The so-called great Spanish influenza pandemic of 1918 may have originated in France in 1916. *Philosophical Transactions of The Royal Society, Biological Sciences*, v.356, n.1416, p.1.857-1.859. 2001.

PHILLIPS, Howard; KILLINGRAY, David.

Introduction. In: Phillips, Howard; Killingray, David (Org.). *The Spanish influenza pandemic of 1918-19: new perspectives*. London: Routledge. p.1-25. 2003.

PORRAS GALLO, María Isabel.

Un reto para la sociedad madrileña: la epidemia de gripe de 1918-1919. Madrid: Editorial Complutense. 1997.

PORTUGAL.

Estatística do movimento fisiológico da população de Portugal: ano de 1918. Lisboa: Imprensa Nacional. 1922.

PORTUGAL.

Decreto n.4.871, de 5 de outubro de 1918. Proíbe a saída para o estrangeiro de substâncias medicamentosas. *Diário do Governo*, 1ª série, n.217, p.1.754. 1918a.

PORTUGAL.

Portaria de 2 de outubro de 1918, publicada em 4 de outubro de 1918. Publicação das medidas para o combate da epidemia de pneumónica em Portugal. *Diário do Governo*, 2ª série, n.233, p.3.255-3.256. 1918b.

SOBRAL, José Manuel et al.

Perante a pneumónica: a pandemia e as respostas das autoridades de saúde pública e dos agentes políticos em Portugal (1918-1919). In: Sobral, José Manuel et al. (Org.). *A pandemia esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica 1918-1919*. Lisboa: ICS. p.63-91. 2009.

SOUSA, Paulo Silveira e et al.

Responder à epidemia: Estado e sociedade civil no combate à gripe pneumónica (1918-1919). *Revista de História das Ideias*, v.29, p.469-500. 2008.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de.

A gripe espanhola na Bahia de Todos os Santos: entre os ritos da ciência e os da fé. *Dynamis*, v.30, p.41-63. 2010.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de.

A "espanhola" em Salvador: o cotidiano da cidade doente. *Varia Historia*, v.25, n.42, p.403-427. 2009.



ERRATA

Na Carta do Editor Convidado (DOI 10.1590/S0104-59702018000400002) publicada em *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.25, n.3, jul.-set. 2018:

- Na página 631, no título “Jean Gayon: historiador y filósofo de la biología (Saint-Maur-des-Fossés, 15/6/1940 – Paris, 28/4/2018)”, onde se lê “1940”, leia-se “1949”.
- Na página 631, terceiro parágrafo, primeira linha, onde se lê “1940”, leia-se “1949”.
- Na página 634, no título “Jean Gayon: historian and philosopher of biology (Saint-Maur-des-Fossés, June 15, 1940 – Paris, April 28, 2018)”, onde se lê “1940”, leia-se “1949”.
- Na página 634, terceiro parágrafo, primeira linha, onde se lê “1940”, leia-se “1949”.

No artigo “A resposta em Coimbra à epidemia de pneumónica de 1918-1919 sob o olhar de um periódico local” (DOI 10.1590/S0104-59702018000400005), de Ana Maria Diamantino Correia, publicado em *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.25, n.3, jul.-set. 2018:

- Na página 693, acima de “NOTA”, leia-se “AGRADECIMENTO O trabalho foi realizado com apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/130169/2017).”
- Na página 693, nas Referências, na primeira e na sexta linhas, onde se lê “ALMEIDA, Maria José Pires de”, leia-se “ALMEIDA, Maria Antónia Pires de”.

No artigo “Coimbra’s response to the 1918-1919 influenza epidemic, seen from the viewpoint of a local newspaper” (DOI 10.1590/S0104-59702018000400005), de Ana Maria Diamantino Correia, publicado em *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.25, n.3, jul.-set. 2018 (disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702018000300679&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>):

- Na página 14, acima de “NOTES”, leia-se “ACKNOWLEDGMENTS The Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/130169/2017) supported research for this article”.
- Na página 15, nas Referências, na primeira e na sexta linhas, onde se lê “ALMEIDA, Maria José Pires de”, leia-se “ALMEIDA, Maria Antónia Pires de”.

